ATA DA SEPTUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE PARANAGUÁ.

Ao décimo nono dia do mês de julho de dois mil e dezesseis, iniciada às nove horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões do Gabinete do Prefeito Municipal, sito Rua Júlia da Costa 322, Bairro Centro, que foi realizada a septuagésima quinta reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Paranaguá. Estavam presentes os Conselheiros: Adriana Maia Albini (Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SEMMA), Marcos Aurélio Furuzawa (Secretaria Municipal de Urbanismo – SEMUR), Camila Tayde Moldeski (Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPLOG), Paulo Emmanuel Nascimento Júnior (Secretaria Municipal de Obras Públicas – SEMOP), Elcio Nagel (Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego-SEMTRA), Anderson Teixeira (Câmara Municipal de Paranaguá), Sebastião Garcia de Carvalho (Instituto Ambiental do Paraná – IAP), Frederico Luis Salvadori (CAB Águas de Paranaguá), José Roberto Caetano da Rocha (UNESPAR), João Rocha Filho (Colônia dos Pescadores Z1). A Srª. Presidente Adriana Maia Albini inicia com a apresentação da equipe de apoio da SEMMA que estarão participando da reunião, Lilian Elias de Paula como secretária, o Engenheiro Florestal Rodrigo Delonga e o Engenheiro Ambiental Sr. Vinícius Yugi Higashi para auxiliarem nos trabalhos do Conselho. A pauta estabelecida na convocação n° 017/2016 foi composta dos seguintes assuntos: **1. Assinatura das Atas Anteriores; 2.Relatório da 11ª Semana do Meio Ambiente; 3. Programa "Dengue Somos Todos Responsáveis"; 4. CAGEPAR – Processo Administrativo n°80381/2014; 5. Poda de Árvores; 6. Assuntos Gerais; 7. Cronograma das Reuniões Ordinárias previstas para o 2° semestre de 2016**. Dando continuidade iniciou-se com o item **1. Assinatura das Atas Anteriores:** Em debate estão as atas de duas reuniões anteriores (73° da antiga Gestão e a 74° da atual Gestão da SEMMA). A maioria dos conselheiros reclamam que as cópias das atas não foram encaminhadas para leitura antecipada. Somente os conselheiros Sr. Marcos e o Sr. Élcio Nagel receberam as mesmas por mensagem eletrônica. Inclusive o Sr. José Roberto (UNESPAR) comentou que a ata de 29 de março foi corrigida por ele e pelo Sr. Frederico (CAB) com profundas alterações e que a mesma foi encaminhada a SEMMA na época. Porém a ata apresentada para aprovação nesse início de reunião não contempla nenhuma das alterações sugeridas ao responsável na época. Desta forma o Prof. José Roberto indicou que não assinaria a ata da forma que estava impressa, ou seja, sem as alterações necessárias e sugeridas anteriormente. Da mesma forma outros conselheiros que estiveram presentes na reunião de 29 de março indicaram que também não assinariam. Assim o Prof. José Roberto indicou que encaminharia a ata com correção para a Sra. Lilian Elias de Paula para leitura dos participantes da reunião do dia 29 de março para correção. Também os conselheiros indicaram novamente os seus endereços eletrônicos para futuros encaminhamentos. A Presidente relembra da reunião com a Dra. Priscila (Promotora do Ministério Público) onde a promotora sugeriu da importância de um funcionário de carreira para secretariar as reuniões do COMMA, para assim evitar imprevistos nas próximas reuniões. Nesta linha de raciocínio e para resolver o problema da Ata do dia 29 de março, a Presidente sugere que a Sra. Lilian Elias de Paula faça as correções necessárias na referida ata com assessoramento dos conselheiros, após a autorização e concordância de todos os membros do COMMA. visto que os responsáveis que a antecederam eram cargos comissionados, não podendo ser responsabilizados pelo ato ocorrido. E diante da dificuldade na comunicação via endereços eletrônicos para a averiguação das atas anteriores foi sugerida aos conselheiros que a aprovação dessas atas aconteceria na próxima reunião do COMMA. **4. CAGEPAR – Processo Administrativo n°80381/2014:** A Presidente iniciou a

explanação sobre o Relatório da 11° Semana do Meio Ambiente quando o Sr. Antonello (CAGEPAR) interrompeu, solicitando a permissão para a inversão da pauta passando analisar inicialmente o item 4 da pauta, relativo ao processo administrativo n°80381/2014 interesse da CAGEPAR, justificando um compromisso marcado no Fórum em Curitiba, com horário estabelecido. Todos os conselheiros concordaram com a inversão da pauta. A Presidente explica que no dia 07 de julho participou de uma reunião na Sede do MPPR. Reunião esta convocada pela Dra. Priscila (Promotora do Meio Ambiente) cujo teor consta na memória da reunião foi distribuída aos conselheiros, no início da reunião do COMMA. Na reunião do dia 07 de julho foram orientados alguns itens a serem cumpridos e avaliados pelos servidores de carreira integrantes dos departamentos Técnico e de Fiscalização Ambiental sucedidos de multa (auto de infração). Desta forma todos processos passarão pela Engenharia Florestal e Ambiental, conforme recomendação do MPPR. Integram a equipe técnica os Engenheiros Florestais Rodrigo Delonga e Mercedes Marília, o Engenheiro Ambiental Vinícius Yugi Higashi, o Fiscal Ambiental e Engenheiro Agrônomo Eduardo Podolak, o Engenheiro Agrimensor Luiz Afonso. Sobre o tema específico da presente reunião o Sr. Rodrigo Delonga explanou que foi solicitada avaliação de uma área rural, para a construção da estação de tratamento de esgoto - ETE, no Distrito de Alexandra, a cerca de 06 meses. Realizou-se vistoria no local e o mesmo apresenta as imagens do local aos conselheiros. O mesmo relata que a área solicitada é recoberta por vegetação, sendo que na entrada existe uma passagem próxima a estrada. Essa cobertura vegetal é composta por vegetação exótica e que somente no trecho final existe a cobertura por mangues, com área de procriação de peixes e de animais marinhos. Essa área final é considerada sensível e parte dela está inserida na zona de proteção integral de preservação ambiental. Por este motivo a mesma não foi liberada pelo Corpo Técnico Ambiental, existindo assim o questionamento sobre o tema. De acordo com a CAGEPAR não foram apresentados projetos alternativos, em local diferente de onde o pessoal técnico realizou a vistoria. Assim ocorreu a sugestão de que aconteça nova vistoria, em conjunto com a CAGEPAR, na área do novo aterro que atualmente é uma área reflorestada por eucalipto. Rodrigo sugere, como uma das possibilidades, que seja determinada parte da área do novo aterro sanitário como local para a instalação da Estação de Tratamento de Esgoto. Indica ainda que a área pretendida pelo processo administrativo n°80381/2014 não tem licenciamento, ou seja, o local deveria ser o Parque Guará, para procriação da aves com a criação de uma estação de visitantes em parceria com a PUC. Rodrigo Delonga encerra sua explanação e a Sra. Adriana solicita aos conselheiros que também se manifestem. O Sr. Sebastião acredita que com a implantação da ETE, nessa área de preservação, ocorreria a degradação da área, vindo atingir a baía e os pescadores. A outra alternativa é área do novo aterro que já está impactada, portanto já degradada. Sendo que a extensão do espaço físico para a instalação é pequena e sugere que este seja o melhor local. O Sr. Frederico entende que a área sugerida pela CAGEPAR já é distante, porém a área alternativa (novo aterro) é mais distante ainda, mais de 4 quilômetros. Desta forma, o ato de bombear toda a rede de esgoto de Alexandra até a área alternativa do novo aterro é economicamente inviável. A CAGEPAR também indica que trabalhou com a ideia de implantação na área solicitada e a considera tecnicamente correta. Já a área alternativa é considerada inviável. O Sr. Frederico sugere a implantação de sistemas isolados de grupos de residências, onde a CAB faria a limpeza do lodo depositado nos poços mortos utilizando caminhões. Esse lodo seria transportado para a ETE de Paranaguá. Antes de tudo é importante que sejam realizados estudos ambientais referentes a localização desses poços mortos, sua capacidade, o poder de infiltração da parte líquida, bem como a extensão de contaminação. Essa seria outra alternativa a construção de Estação de Tratamento de Esgoto de Alexandra. Porém

a proposta dos poços dependem da posição da CAGEPAR e dos Órgãos Ambientais (SEMMA / IAP). Caso a proposta seja viável, baseando-se em estudos ecológicos, profundos e específicos o projeto passaria a ser desenvolvido pela CAB. O Sr. José Roberto questiona sobre o fator financeiro, ou seja, utilizar o transporte do lodo por caminhões seria viável? O Sr. Frederico indica que sim, indica que todo o lodo seria transportado e tratado em Paranaguá, na ETE localizada no Bairro Emboguaçu. Essa ETE é responsável por receber o material, onde é tratado, desidratado e posteriormente encaminhado para o Aterro Sanitário. O Sr. Luciano Cezar Salmon funcionário da CAGEPAR indica que se deveria priorizar a discussão e definição do terreno ou outra alternativa a ser apresentada relativo ao processo, visto que o processo esta se alongando demais, não devendo nesse momento, caber as discussões técnicas. O Sr. Frederico relembra de uma reunião do COMMA, ainda da antiga gestão do SEMMA realizada na Biblioteca Mario Lobo onde a CAGEPAR participou. Posteriormente realizou a vistoria da área solicitada pela CAGEPAR, e ocorreu nova reunião do COMMA. Sendo que a esta reunião a CAGEPAR não estava presente para discutir o processo. Na época solicitou-se a Dra. Priscila para comentar sobre a possibilidade da construção da ETE no local solicitado e a mesma não concordou com o fato. A Promotora não viabilizou a área solicitada pela CAGEPAR, por tratar-se de um Parque. A pedido do Ministério Público a Dra. Priscila determinou o estudo e indicação de outra área para a construção. O Sr. Antonello argumenta que a área requerida, já está degradada e a vegetação existente é composta de espécie exótica e não haverá supressão. Informou ainda que ao lado da área projetada para a ETE existe um caminho que liga a estrada ao Rio das Pedras. A Sra. Adriana relata que este caminho tem mais de 300 anos e que o mesmo foi criado pelos próprios pescadores, sendo na verdade uma área de passagem para o pescador. Completa ainda que esse caminho não apresenta casas no seu percurso, e a mata localizada na parte frontal da área é secundária. O Sr. Antonello informou, caso as instalações da ETE sejam nesse local, que a mesma ocupará um espaço reduzido na região frontal da área. Além de usar este caminho para o processo de desassoreamento do rio, portanto não haveria supressão da estrutura florestal. Terminou indicando que tiveram muitos problemas com Município, e toda vez que a CAB necessita de uma área ocorreram impedimentos. A Sra. Camila questiona para os representantes da CAGEPAR sobre algum estudo relacionado ao diagnóstico da degradação do terreno de Alexandra? Os representantes da CAGEPAR respondem que existem alguns pareceres e laudos que indicam que a área está degradada. Através de imagens apresentadas no Data show, Rodrigo Delonga relata que a área delimitada não está degradada. A Sra. Adriana afirma que nesse local não existe nenhuma área degradada. A parte frontal da área é onde passa a rua. E explica ao Sr. Elcio (SEMTRA) que o rio apresenta menor vazão em frente a Igreja Cruzada, pedaço de área preservada E reintera que o caminho não possui nenhuma casa, e existir uma pequena área de mata exótica e secundária somente na parte frontal do terreno solicitado pela CAGEPAR. A Presidente Adriana, esclarece aos convidados da CAGEPAR que irá enviar para a CAB a avaliação realizada pelos técnicos da SEMMA. Sendo que a CAB avaliará qual projeto é mais viável. Inclusive se introdução de MINIETES (Minicentros de coleta do material) para tratar em outro local seja interessante, avaliando principalmente a densidade demográfica que é um pouco maior de 4.700 habitantes. O Sr. Rogério observa que a área de Alexandra é 32% de toda extensão territorial em Paranaguá onde estão locados 4.732 habitantes. Dados esses obtidos no último levantamento pelas meninas do PSF (Programa de Saúde da Família). O Sr. José Roberto discorre sobre a necessidade da existência de uma estação de tratamento de esgoto na região. Acreditando que poderia ativar a densidade demográfica da mesma caso a ETE fosse implantada, visto que as pessoas perceberiam o desenvolvimento local O Sr. Rogério

alerta que para implantar a rede de esgoto convencional, ou seja, rasgar todas as ruas e implantar a rede teria um custo aproximado de R$ 500,00 a R$ 550,00 por quilometro. Sem considerar as elevatórias e o custo energético. Assim o processo não se pagaria pela localidade, devido a baixa densidade demográfica. Além do que haveria poucas ligações e baixa aderência. O sistema de rede de esgoto de Alexandra seria totalmente deficitário, portanto quem arcaria com os custos seria Paranaguá, que bancaria a diferença do montante devido ao benefício cruzado. **5. Poda de Árvore do estacionamento da Prefeitura Municipal de Paranaguá.** A Presidente ressalta da necessidade de se voltar a pauta, portanto ao Relatório da 11ª Semana do Meio Ambiente, porém o Sr. Ruan da UGP do Município de Paranaguá pede autorização para inversão de ponto de pauta. Após a autorização pelos conselheiros, ele comenta sobre a necessidade de supressão de uma Araucária, que se encontra na entrada do estacionamento da Prefeitura Municipal de Paranaguá. Inclusive ele relembra que este item já foi ponto de pauta da reunião do mês de março próximo passado. O Sr. Frederico relata que na gestão anterior o Conselho discutiu este tema e que a forma de compensação seria definida pela SEMMA, visto que o Conselho havia autorizado a supressão. O Conselheiro José Roberto relembra que inclusive no dia pediu para que o plantio deveria ser de Araucárias, pois acreditava que essa fosse espécie natural do litoral Paranaense, porém foi interpelado onde indicaram que a mesma é nativa em algumas regiões do Estado Paranaense, mas não no seu litoral. A Sra. Adriana afirma, que este assunto não está inserido em nenhuma ata, não encontramos a ata que determinava este assunto. A Sra. Camila, Engenheira Ambiental do Município, relata que fez parte do COMMA como secretária executiva por muito tempo. A mesma explica que a supressão, tanto da Araucária quanto de um Flamboyant, será necessária para a construção do novo prédio de três andares, contemplando o Setor de Planejamento, de CPD, do Jurídico e também parte da Administração referente ao Protocolo. O projeto do prédio tem como principal finalidade a acessibilidade de pessoas com locomoção reduzida, sendo que no subsolo será locado o estacionamento da Prefeitura. Outra preocupação está relacionada com a raiz da Araucária que durante a construção poderia ser atingida e desta forma provocar algum acidente devido a desestabilização da arvore. O Prof. José Roberto questiona que em nenhum momento se falou como e quem se responsabilizaria pela compensação: plantio/manutenção. A UGP indica que será impossível a compensação no próprio local, assim pede que a SEMMA se posicione quanto a outro. O Sr. Frederico sugere que o local de replantio seja um daqueles sugeridos, em reuniões anteriores, pelo Sr. Sebastião que afirmou existirem vários locais na cidade onde foi realizado o plantio de mudas, porém as mesmas não vigaram.A UGP garante o plantio e a manutenção das mudas. A Sra. Camila comenta que realizou-se estudo da possibilidade do transporte da Araucária antes que o processo fosse encaminhado para o COMMA. O laudo sugerido pelo Engenheiro Florestal Sr. Rodrigo é o corte mediante a apresentação de compensação, visto tratar-se de exemplar de uma espécie exótica na região litorânea Paranaense. **2. Relato da 11ª Semana do Meio Ambiente:** A Presidente do COMMA passa a relatar as principais informações relacionadas com a 11ª Semana do Meio Ambiente. Como primeiro ponto relatou informações da I Olimpíada Ecológica realizada com a participação das Associações de Moradores de Paranaguá que permaneceram até o final das atividades da Semana do Meio Ambiente. Os resultados foram considerados positivos, visto que foram recolhidos mais de 400L de óleo de cozinha usado, aproximadamente 350kg de plástico, mais de 1000Kg de papel, 300 lâmpadas, 6 aparelhos eletrônicos e 10.000 pilhas. Todos esses materiais foram recolhidos em caçambas estacionárias, sendo que os dados estatísticos foram fornecidos pela Empresa Paranaguá Ambiental. A SEMMA relata que mesmo após o término da Semana do Meio Ambiente continuam recebendo aparelhos

eletrônicos durante as coletas seletivas, visto que consideram que esse tipo de material não apresenta risco para os coletores e também para a população. Já para as lâmpadas e outros materiais estão sendo recolhidos na Secretraria Municipal do Meio Ambiente. Durante a Semana do Meio Ambiente ocorreram 15 adoções de animais entre gatos e cachorros, bem como foram distribuídas 1.800 mudas nativas, entre araçá amarelo, pitangueira, grumixama, cambucá. A visitação durante o evento foi estimado na média de 15.000 visitantes, sendo que a maior participação foi das escolas de Ensino Básico. Para atrair a visitação do publico adulto realizou a oficina de pneus, a participação das associações dos moradores na I Olimpíada Ecológica. Considera-se que esse trabalho de formiguinha deve continuar nas próximas edições da Semana do Meio Ambiente para aumentar a participação do público adulto. O estímulo para o público infantil foi realizado dentro dos cursos de 1° Socorros, das Palestras de Educação Ambiental, dos Stands de Robótica, enfim conclui-se que o público infantil e adolescente são mais participativos nesses eventos. Devido aos problemas relacionados com a maré, esse ano para a Ponta Oeste do Rio Itiberê, ao invés do bairro do Emboguaçu, sendo que foram retirados em torno de 5.000Kg de lixo. No tocante as empresas entende-se que a participação das mesmas foi aquém do esperado e desejado. Um dos fatores está relacionado com o momento econômico que o país está passando. Porém em alguns casos a participação em termos de qualidade foi excepcional, como a Catallini que desenvolveu o tema de Educação Ambiental. O Sr. José Roberto relembrou que ao final da 10ª Semana do Meio Ambiente (2015) sugeriu nas reuniões do COMMA, a criação de um Comitê Científico, que durante o ano planejaria as ações que seriam efetivadas nas Escolas de Educação Básica. O projeto foi aceito pelos conselheiros, porém mesmo com várias tentativas ele não conseguiu apoio da gestão anterior da SEMMA e assim o projeto não foi efetivado. A Secretária Adriana, a Sra. Joseane e o Sr. Sebastião relatam que logo depois da Semana do Meio Ambiente fizeram uma reunião com os participantes dos stands para avaliar os resultados efetivos da Semana. Relatam que os pontos positivos do evento foram as Cooperativas de Reciclagem que realizaram um bom trabalho. Durante a apresentação do pessoal da Ilha dos Valadares foi possível perceber como ocorre a venda desses materiais. Quais são os tipos de plásticos que apresentam maior valor e como eles são utilizados ou reaproveitados. No processo de reuso de plástico foi apresentado curso, no stand da SEMAPA, para a produção de hortas suspensas. As oficinas de Art Pneus foi uma das mais visitadas. O Sr. Sebastião ressalta vários stands não cumpriram o horário. Inclusive a Sra. Adriana relembra que o stand da ONG dos Amigos Protetores ficou vazio a maior parte dos três dias do evento. Nesse stand os membros somente compareceram apenas no período da tarde do sábado, onde foram realizadas as adoções de três cachorros. Ao final do processo de adoção as atividades nesse stand se encerrou, mesmo o evento tendo continuado. A Sra. Adriana pondera, caso o stand não fosse cedido para a ONG, seus membros teriam criticado o fato. A Sra. Adriana afirma ainda que no próximo ano pretende convidar todas as entidades de Proteção ao Animal para participarem do evento. **3. Programa "Dengue Somos Todos Responsáveis":** A Sra. Adriana inicia o item três da pauta, apresentando o Sr. Rogério que é o proprietário da empresa prestadora de serviço JM. O tema envolvido está relacionado com o uso da verba referente a multa da APPA. Para tanto foi criado um programa conjunto que visa retirar 15 mil toneladas de entulho do município no período de seis meses, sendo que o início aconteceu em 04/08/16. A multa aplicada a APPA deve ser utilizada em sua integralidade pela Prefeitura Municipal de Paranaguá no referido programa, sendo que esse fato aconteceu devido ao acordo celebrado com o auxílio do Ministério Público Federal. Na explanação do Sr. Rogério foi apresentado o cronograma do programa, que segundo ele é possível que os conselheiros ou qualquer munícipe consegue acompanhar o processo através do site da

internet. Nele consta os dados de localização do bairro, a quantidade de toneladas que são recolhidas, bem como a localização do caminhão em tempo real. O Sr. Rogério, gestor do aterro da empresa JM, apresenta-se aos conselheiros, e esclarece algumas informações sobre a empresa que está a três anos no mercado. Inclusive aquela relacionada a irregularidade que o Ministério Público encontrou em 2008, onde existia uma lagoa de armazenamento temporário de chorume. Comenta que embora o problema foi sanado e que o IAP já está ciente do fato, porém desde essa Ação Publica de 2008 os pedidos da empresa são indeferidos. O mesmo alega ainda que atualmente não existes irregularidades legais ou ambientais com o local do aterro. Em tempo o Sr. Rogério convida os conselheiros do COMMA para realizar um visita *in loco* para observar que atualmente o município de Paranaguá tem um Aterro Sanitário que é gerenciado e operado a nível de excelência, sendo que a expectativa para o próximo ano é que a empresa seja considerada a melhor empresa de Aterro Sanitário do Estado do Paraná. Para tanto ele indica que estão adquirindo um equipamento que utiliza a técnica de Osmose Reversa. Considera esse sistema de custo elevado e que ainda não existe no Estado do Paraná para esse fim. O equipamento será acoplado a tecnologia denominada de FENTO, que consegue ao final do processo de tratamento dos resíduos existentes no efluente sanitário transformar o mesmo em água classe 1, ou seja, água que pode ser destinada para o abastecimento humano após tratamento simplificado. Reitera o convite aos conselheiros para realizar uma visita ao aterro sanitário, inclusive na ação pública solicita uma inspeção judicial para que se observe como o aterro é operado atualmente, com técnicos de engenharia envolvidos para que transcorra tudo com normalidade. Informa a todos, que a empresa JM tem vinte anos de experiência nesse segmento de atividade. A mesma gerencia cinco aterros no Brasil com faturamento anual de 180 milhões de reais e empregando em torno de 500 funcionários. Relata que o Programa "Dengue Somos Todos Responsáveis" provêm do contrato com a Secretaria do Meio Ambiente. O seu desenvolvimento é um processo de aprendizagem e melhorias, pedindo a compreensão dos conselheiros nesse sentido. Informa ainda que todas as informações sobre o mesmo é disponibilizado a todos no site www.dengue-pgua.cietec.eco.br. A partir desse momento ele faz uma apresentação de informações do projeto, demonstrado através do data show, informações numéricas contendo gráficos de entrada e saída, ou seja, da pesagem do resíduo que entra no aterro, bem como o monitoramento do horário, local onde se encontra o caminhão. Qual é o motorista que está dirigindo o mesmo. Desta forma faz-se o registro documental de todos os pontos de coleta e também a localização do resíduo depositado no interior do aterro. A demanda da coleta é definida pelos dois auditores ambientais que se locomovem com moto, buscando os pontos de coleta. Posteriormente a ordem de serviço é encaminhada para a SEMMA, e após a aprovação dessa ordem de serviço o caminhão é deslocado para realizar a coleta. Estima-se que no escritório da JM são geradas e armazenadas em torno de 2.000 fotos por mês que comparam o local da coleta antes e depois da conclusão da ordem de serviço. A Sra. Adriana explica que esse processo de acompanhamento e monitoramento do resíduo realizado pela empresa é uma das solicitações do Ministério Publico, da APPA e da Prefeitura Municipal de Paranaguá. Entidades estas que estão envolvidas no Programa "Dengue Somos Todos Responsáveis". A Presidente ainda indica que o pagamento do serviço prestado somente acontecerá, caso o Promotor Publico julgar que todas as clausulas contratuais foram respeitas. As verbas para o pagamento desse serviço foi depositado em juízo pela APPA. O Sr. Rogério relata que toda a análise de logística do programa é realizada em conjunto com a SEMMA. A escolha de atendimento dos bairros leva em conta o nível de incidência da dengue no Município, portanto os bairros com maior incidência de casos da Dengue são os primeiros a serem atendidos. A coleta de dados se baseou naqueles dados fornecidos

boletim do mês de julho de 2016. A Presidente do COMMA explana sobre o processo da DENGUE no município, e indica que está faltando somente o Sr. Prefeito aprovar e assinar o termo do tipo dos caminhões do Meio Ambiente, aprovado segundo normas ONU. Nos veículos e equipamentos do Programa DENGUE, todas as empresas terceirizadas que prestarem serviços para a Secretaria de Meio Ambiente, seja para a coleta de resíduos sólidos ou resíduos retirados dos cemitérios terão identificação adequada. Assim será possível acompanhar todos os veículos ou equipamentos que prestam serviços, visto que os mesmos serão similares aos carros da SEMMA. O Sr. Rogério comenta sobre o PDS do Município, sendo que através desse documento é possível identificar qual é o segmento que gera maior quantidade de resíduos em Paranaguá. O Sr. Sebastião relembra que na época do Secretário Luís, ele continuamente alertava sobre o aumento da quantidade de resíduos, sendo que boa parte desses resíduos era originário da construção civil. Sendo que a principal crítica do Sr. Sebastião estava relacionada com a falta de controle sobre a origem dos mesmos. Sobre a qualidade e irregularidades encontradas no Aterro gerenciado pela empresa JM, o Sr. Sebastião entende que a realidade não condiz com as informações indicadas pelo Sr. Rogério, visto que todas as vezes em que ocorre alguma fiscalização no mesmo são encontradas não conformidades e com isso ocorrem multas. São constantes as denúncias e reclamações, inclusive da Família Zella, sobre os caminhões que transitam sem lona e também em relação ao chorume que sai do referido aterro. A Presidente Adriana relembra que na época em que o Eng. Paulo Emanuel estava a frente da Secretaria, os guardas municipais ficaram entre 15 a 20 dias controlando o local por onde os caminhões deveriam trafegar, ou seja, pela Passagem do Coelho e não pela área urbana. Porém quando essa operação terminou os caminhões continuaram com o mesmo processo irregular, ou seja, trafegam pela área urbana e sem lona para cobrir os resíduos. A esse ponto o Sr. Rogério afirma que não compete a empresa impedir a entrada ou saída dos caminhões do aterro, visto que isso é competência da SEMMA, que é o órgão fiscalizador. Ele entende e indica que a empresa JM é que um órgão destinador do resíduo sólido e não transportador do mesmo. O Sr. Sebastião sugere, que no contrato, exista cláusula específica exigindo da empresa que transporta os resíduos o uso de lona no caminhão. A Sra. Adriana comenta que a Secretaria não coleta resíduos provenientes da construção civil. A Secretaria somente interfere, ou seja, recolhe esse resíduos se o mesmo estiver em via pública e atrapalhando a passagem de veículos e as pessoas. Assim a Secretaria recolhe os galhos de árvores, sendo que a população por ignorância ou "esperteza" depositam diversos resíduos inapropriados nas caçambas. Inclusive uma vez verificaram que um caminhão despejou ossos proveniente de um açougue, e no momento que foi abordado o mesmo evadiu. O Sr. Rogério conclui que são encontrados pneus, eletrodomésticos e eletrônicos nas caçambas, sendo que esse tipo de material não pode ser aterrado. Assim, segundo ele, no momento que funcionários da empresa JM realizaram a separação desses materiais a mesma foi multada por realizar destinação por conta própria. Na empresa JM existe uma equipe de quatro funcionários que realizam a separação manualmente. Os materiais ilegais são retirados, acumulados, armazenados e posteriormente realiza-se a destinação final. **5. Poda de Árvores:** A Sra. Adriana retorna ao item de podas de árvores, transferido a palavra para os Engenheiros Rodrigo e Vinícius. Além da discussão anterior sobre o projeto UGP, existem ainda outros três processos para apreciação dos conselheiros. O primeiro é em relação ao corte de duas árvores de Flamboyant localizadas o lado do Instituto de Ensino na Rua Comendador Correa Júnior. Nessa mesma calçada foram retiradas duas árvores da mesma espécie que estavam localizadas em frente a UNESPAR. Após vistorias se percebeu que as raízes estavam elevadas, destruindo a calçada e dificultando a acessibilidade dos munícipes, provocando inclusive acidentes. A própria COPEL auxiliou no processo de corte visto

que a parte aérea dessas árvores estavam interferindo de forma significativa na fiação da empresa. Após vistoria no processo atual onde foram realizadas duas solicitações para o corte, observou-se que a calçada está toda quebrada, sem acessibilidade, raízes elevadas, fiação elétrica causando danos ao muro do Instituto de Ensino. O Sr. Rodrigo encaminhou o processo para deliberação pelos conselheiros do COMMA, indicando ser favorável ao corte com a devida recomposição da calçada e da compensação das árvores. A Sra. Camila informa ser favor do corte das árvores, mas que se faça um planejamento e a compensação em outro espaço, visto que essas árvores interferem no espaço de passagem de pedestres. A medida adequada para o deslocamento de pessoas sobre as calçadas é de 1,20 m, e segundo informações essa calçada não tem esse espaço mínimo entre a abertura e o muro do Instituto que é patrimônio histórico. O Sr. José Roberto comenta que a calçada construída em frente a UNESPAR apresenta extraordinária qualidade e que atualmente não ocorrem mais acidentes com pessoas que apresentam problemas de locomoção reduzida, além do piso ser tátil facilitando a vida de pessoas com deficiência visual. No local foram replantadas mudas com espécies que tem raízes mais profundas e sem uma copa grande. Portanto na sua opinião seria importante produzir toda a calçada do quarteirão com o mesmo padrão. A Sra. Camila acredita ser necessário realizar um estudo de arborização e não somente replantar. Existe a necessidade de um planejamento pensando na qualidade de trânsito de pessoas, na melhor espécie de árvore, portanto o conforto de todos. Propõe um estudo detalhado visando: o passeio, a arborização, estacionamento na via, visto que o prédio do Instituto de Ensino é um patrimônio histórico. A Secretária do SEMMA relata que atualmente depende da Secretaria do Meio Ambiente decidir que espécie e local apropriado para recomposição e manutenção das árvore retiradas. A Presidente explana do estudo de arborização realizado na Rua Belmiro Sebastião Marques, onde optou-se pelos bolsões verdes, visto que as calçadas devem ter os padrões do BID. Assim, na maioria do espaço territorial do município de Paranaguá destinado para calçadas, não existem espaços físicos para reposição de árvores. A Sra. Adriana informa ainda que em toda extensão da Rua Belmiro Sebastião Marques não se conseguiu repor mais de 40 árvores. Na região do Porto Seguro não é possível plantar uma única árvore nas calçadas, sendo que até o momento se tem solução para este problema. Existe a necessidade de se posicionar tantos itens em uma calçada que assim não sobra espaço para as árvores. Devido ao avançado da hora os outros dois processos serão discutidos na próxima reunião. A Sra. Presidente ainda informa que ocorreram alterações no procedimento de definição de pauta da reunião do COMMA. Para tanto a equipe técnica terá uma forte participação, resultado de uma conversa com a Dra. Priscila (Promotora). Também foi pedido que o Sr. José Roberto reapresente a sua proposta do edital de projeto, na próxima reunião. A Sra. Adriana solicita a concordância de todos para que seja apresentada a proposta de edital de projetos idealizada pelo professor. O Sr. José Roberto afirma que primeiro se deve verificar com o jurídico. Posteriormente a proposta deve ser encaminhada para os conselheiros. O Prof. José Roberto afirma que a proposta do edital de projetos foi baseada em propostas desenvolvidas pelo CNPq, que é a Instituição de Fomento que mais financia projetos no país. Portanto o encaminhamento ao jurídico diz respeito somente a legalidade perante o Município de Paranaguá, pois a proposta necessita do embasamento legal adaptado em relação a PMP. A Presidente solicita ao Professor enviar o projeto para a secretária executiva Lilian Elias, posteriormente a mesma repassará aos conselheiros para análise. Em tempo o conselheiro Sr. Sebastião cobrou medidas para preservação da Rua da Praia, na margem do Rio Itiberê. Questionou principalmente o uso indevido do local pelo Parque de Diversão durante eventos culturais de Paranaguá, ocasionando a degradação do local e o uso indevido de veículos no local. A Presidente relembra que o parque podia ser montado na antiga área, onde o

Sr. Sebastião questiona sobre o espaço que não é suficiente como os outros anos. O mesmo foi instalado no estacionamento do Rocio, além do Aeroparque. Hoje os brinquedos ficam amontoados, e quando os eventos terminam ficam quantidades grandes de entulhos e lixo, bem como coqueiros depredados e sem reposição. A Presidente Adriana antes do encerramento da reunião informa que houve o levantamento dos recursos financeiros do Fundo do Meio Ambiente desde 2010. Foram retirados os extratos da última semana. Segundo a Secretária, os mesmos indicam que não existem alterações nos valores da conta do Fundo do Meio Ambiente, com exceção da compra de veículos. Informou ainda que a Secretária da Fazenda realizou uma transferência errada, onde informaram que foi um problema contábil. Mesmo assim a Secretária solicitou uma Sindicância, pois foram transferidos R$ 300.000,00 para outra conta. Esse valor já retornou para a conta do Fundo que pode ser observado no extrato retirado ontem. O Sr. José Roberto comenta que essa ação foi ilegal, visto que ninguém pode retirar ou transferir valores sem autorização, independente do número de dias que esse valor ficou fora da conta do fundo. A Presidente alega que por este motivo foi aberto um processo administrativo para que se possa conseguir uma explicação para os conselheiros do COMMA. Informa que o saldo atual é de um milhão, trinta e oito mil, cento e vinte reais e trinta e seis centavos. O Prof. José Roberto pede que seja montado um Comitê Técnico Contábil que consiga avaliar e elaborar um relatório aprofundado onde se apresente esses dados financeiros. O Prof. comenta que em outras reuniões o MP deu ênfase aos temas relacionados ao Fundo do Meio Ambiente, e que portanto os conselheiros do COMMA deveriam dar mais atenção. A Presidente sugere que envie uma semana antes, para o Departamento da Fazenda o cronograma da pauta do COMMA, desta forma será possível emitir o extrato do fundo antes de cada reunião para análise do COMMA. O Sr. José Roberto solicitou que fosse indicado na ata que a Secretária Adriana apresentou os extratos bancários do Fundo, porém o mesmo não foi avaliado, pois não houve tempo hábil. Esse fato aconteceu devido a quantidade de temas discutidos, sendo que o tempo da reunião foi ultrapassado. A Presidente informa e justifica a alteração da reunião de novembro para a quarta terça feira do mês (22/11/2016) devido ao fato que o dia 15/11/2016 é feriado (Proclamação da República e Nossa Senhora do Rocio). A Presidente encerrada a septuagésima quinta reunião do COMMA.

Adriana Maia Albini
SEMMA- COMMA

Lilian Elias de Paula
SEMMA – COMMA

Marcos Aurélio Furuzawa
Secretaria Municipal de Urbanismo - SEMUR

Camila Tayde Moldeski
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEMPLOG

Paulo Emmanuel Nascimento Júnior
Secretaria Municipal de Obras Públicas - SEMOP

Elcio da Silva Monteiro Nagel
Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego - SEMTRA

Anderson Teixeira
Câmara Municipal de Paranaguá

Sebastião Garcia de Carvalho
Instituto Ambiental do Paraná – IAP

Frederico Luis Salvadori
CAB – Águas de Paranaguá

José Roberto Caetano da Rocha
UNESPAR

João Rocha Filho
Colônia dos Pescadores Z1